

## ANEXO X

## DIRETRIZES PARA OS PDIs DO MURIN

## Sumário

1 - Checklists

2 - Dados de formulários

3 - Protocolos de dispensa

4 - Notas e avisos a serem inseridos

5 - Outras orientações

1 - Checklists

## Sumários dos Checklists

	#Tipo de ato público de liberação	Nível de Risco	Estrutura	Tipo de Requerimento
1.01	Autorizativo de obra	Baixo Risco A	ALFA ou BETA	Edificação nova em lote não edificado
1.02	Autorizativo de obra	Baixo Risco A	ALFA ou BETA	Reforma ou requalificação de ed. existente
1.03	Autorizativo de obra	Baixo Risco B	ALFA ou BETA	Edificação nova em lote não edificado

1.04	Autorizativo de obra	Baixo Risco B	ALFA ou BETA	Reforma ou requalificação de ed. existente
1.05	Autorizativo de obra	Baixo Risco B	GAMA	Edificação nova em lote não edificado
1.06	Autorizativo de obra	Baixo Risco B	GAMA	Reforma ou requalificação de ed. existente
1.07	Autorizativo de obra	Baixo Risco B	DELTA	Edificação nova em lote não edificado
1.08	Autorizativo de obra	Baixo Risco B	DELTA	Reforma ou requalificação de ed. existente
1.09	Habilitação urbanística	Baixo Risco A	-	Todos
1.10	Habilitação urbanística	Baixo Risco B	ALFA ou BETA	Para fins exclusivamente residenciais
1.11	Habilitação urbanística	Baixo Risco B	ALFA ou BETA	Demais
1.12	Habilitação urbanística	Baixo Risco B	DELTA ou GAMA	Para fins exclusivamente residenciais
1.13	Habilitação urbanística	Baixo Risco B	DELTA ou GAMA	Demais
1.14	Habilitação urbanística	Baixo Risco B	ÔMEGA	Todos

1.01 - CHECKLIST #01  
FORMULÁRIO DE AUTODECLARAÇÕES PARA  
- ATO PÚBLICO DE LIBERAÇÃO AUTORIZATIVO DE OBRA  
- BAIXO RISCO A  
- ESTRUTURA DO TIPO ALFA OU BETA  
- EXECUÇÃO PARA CONSTRUÇÃO DE EDIFICAÇÃO NOVA EM LOTE NÃO EDIFICADO

ACERCA DE SUA RESPONSABILIZAÇÃO E CONHECIMENTO, O REQUERENTE DECLARA QUE:
1-Entende que a execução e condução da obra em discordância com qualquer lei, regulação ou diretriz acarreta a integral responsabilização civil e penal do proprietário e responsável técnico da obra.
2-Entende que a execução e condução da obra em discordância com qualquer lei, regulação ou diretriz descaracteriza seu enquadramento
3-Entende que a execução e condução da obra em discordância com qualquer lei, regulação ou diretriz permite, a qualquer tempo, a impugnação do direito de construir pelo agente público competente.
4-Cumprir, sob seu melhor juízo, todas as regras, diretrizes e restrições aplicáveis a seu caso, presentes em legislação ou normatização municipal ou distrital, especialmente acerca de códigos de obras, planos diretores, zoneamento, uso e ocupação do solo, entre outros.
5-Cumprir, sob seu melhor juízo, todas as regras, diretrizes e restrições aplicáveis a seu caso, presentes em legislação ou normatização estadual ou distrital, especialmente acerca de prevenção e combate a incêndio, pânico e desastres, entre outros.
6-Cumprir, sob seu melhor juízo, todas as regras, diretrizes e restrições aplicáveis a seu caso, presentes em legislação ou normatização federal, especialmente acerca de responsabilidades civis, administrativas e penais; registros de imóveis; regras de exercício profissional; entre outros.
7-Entende, plenamente, que a declaração falsa ou equivocada, de qualquer item ou parâmetro em todo este requerimento, constitui crime de falsidade ideológica.
8-Assume deter o conhecimento necessário, em seu melhor juízo, bem como os meios para obtê-lo, e assim está apto para firmar todas as declarações do requerimento, entendendo que, por consequência, responderá por dolo eventual em caso de equívoco ou confusão.
9-Renuncia a qualquer pretensão civil ou administrativa de alegação de assimetria de informação para justificar equívoco quanto às informações submetidas neste requerimento contra a Administração pública.
10-Compromete-se a imprimir, publicitar e manter evidente, na frente do lote para visualização de qualquer passante, o QR Code gerado ao final deste processo.
ACERCA DE SEU REQUERIMENTO, O REQUERENTE DECLARA QUE:
1-A obra será executada pelo período informado no requerimento, com prazo não superior a (24) meses.
2-A obra se trata única e exclusivamente de EXECUÇÃO PARA CONSTRUÇÃO de uma EDIFICAÇÃO NOVA em um LOTE NÃO EDIFICADO
3-Efetivou previamente anotação técnica pelo projeto arquitetônico, cálculo estrutural, projeto hidrossanitário, e pela execução da obra, ju
4-A obra é conduzida, dirigida e acompanhada por responsável técnico principal, profissional devidamente credenciado e legalmente apto
5-O responsável técnico principal não possui histórico de cassação ou impugnação, administrativa ou judicial, de ato público de liberação de sua responsabilidade, durante ou após execução de obra, por descumprimento ou ausência de requerimento legal nos últimos 3 (três) anos.
6-Encaminha, através deste requerimento, o projeto técnico qualificado simplificado em formato digital.
7-O projeto técnico qualificado simplificado foi elaborado de acordo com as diretrizes do Poder Público do Município em que o lote está localizado
ACERCA DE SUAS RESPONSABILIDADES APÓS A OBTENÇÃO DA DISPENSA, O REQUERENTE DECLARA QUE:
1-Compromete-se a efetuar, no prazo estabelecido, o pagamento das taxas e emolumentos emitidos posteriormente por Estados, Distrito Federal e Municípios
2-Entende que a obtenção da dispensa não afasta a exigibilidade de apresentação de novos documentos, a qualquer tempo, por ente da Administração pública.
4-Entende que a obtenção da dispensa não afasta a impugnação, a qualquer tempo, do direito de construir, por descumprimento de qualquer requisito legal, observado
5-Entende que a obtenção da dispensa não afasta a exigibilidade de pagamento posterior de quaisquer taxas ou emolumentos aplicáveis, inclusive sob pena de impugnação do direito de construir

1.02 - CHECKLIST #02  
FORMULÁRIO DE AUTODECLARAÇÕES PARA  
- ATO PÚBLICO DE LIBERAÇÃO AUTORIZATIVO DE OBRA  
- NÍVEL DE RISCO I  
- ESTRUTURA DO TIPO ALFA OU BETA  
- EXECUÇÃO PARA REFORMA OU REQUALIFICAÇÃO DE EDIFICAÇÃO EXISTENTE

ACERCA DE SUA RESPONSABILIZAÇÃO E CONHECIMENTO, O REQUERENTE DECLARA QUE:
1-Entende que a execução e condução da obra em discordância com qualquer lei, regulação ou diretriz acarreta a integral responsabilização civil e penal do proprietário e responsável técnico da obra.
2-Entende que a execução e condução da obra em discordância com qualquer lei, regulação ou diretriz descaracteriza seu enquadramento como de Nível de Risco I (baixo risco A).
3-Entende que a execução e condução da obra em discordância com qualquer lei, regulação ou diretriz permite, a qualquer tempo, a impugnação do direito de construir pelo agente público competente.
4-Cumprir, sob seu melhor juízo, todas as regras, diretrizes e restrições aplicáveis a seu caso, presentes em legislação ou normatização municipal ou distrital, especialmente acerca de códigos de obras, planos diretores, zoneamento, uso e ocupação do solo, entre outros.
5-Cumprir, sob seu melhor juízo, todas as regras, diretrizes e restrições aplicáveis a seu caso, presentes em legislação ou normatização estadual ou distrital, especialmente acerca de prevenção e combate a incêndio, pânico e desastres, entre outros.
6-Cumprir, sob seu melhor juízo, todas as regras, diretrizes e restrições aplicáveis a seu caso, presentes em legislação ou normatização federal, especialmente acerca de responsabilidades civis, administrativas e penais; registros de imóveis; regras de exercício profissional; entre outros.
7- Entende, plenamente, que a declaração falsa ou equivocada, de qualquer item ou parâmetro em todo este requerimento, constitui crime de falsidade ideológica.
8-Assume deter o conhecimento necessário, em seu melhor juízo, bem como os meios para obtê-lo, e assim está apto para firmar todas as declarações do requerimento, entendendo que, por consequência, responderá por dolo eventual em caso de equívoco ou confusão.
9-Renuncia a qualquer pretensão civil ou administrativa de alegar assimetria de informação para justificar equívoco.
10-Compromete-se a imprimir, publicitar e manter evidente, na frente do lote para visualização de qualquer passante, o QR Code gerado ao final deste processo.
ACERCA DE SEU REQUERIMENTO, O REQUERENTE DECLARA QUE:
1-A obra será executada pelo período informado no requerimento, com prazo não superior a (24) meses.
2-A obra se trata única e exclusivamente de EXECUÇÃO PARA REFORMA OU REQUALIFICAÇÃO de uma EDIFICAÇÃO EXISTENTE.
3-A obra não acarretará AUMENTO OU REDUÇÃO DE ÁREA.
4-O imóvel em que a obra será realizada NÃO É TOMBADO por legislação federal, estadual, distrital ou municipal, nem possui qualquer outra restrição de natureza compulsória.
5-Efetivou previamente anotação técnica pelo projeto arquitetônico, cálculo estrutural, projeto hidrossanitário, e pela execução da obra, junto ao conselho profissional competente.
6-A obra é conduzida, dirigida e acompanhada por responsável técnico principal, profissional devidamente credenciado e legalmente apto para tal.
7-O responsável técnico principal não possui histórico de cassação ou impugnação, administrativa ou judicial, de ato público de liberação de sua responsabilidade, durante ou após execução de obra, por descumprimento ou ausência de requerimento legal nos últimos 3 (três) anos.
8-Encaminha, através deste requerimento, o projeto técnico qualificado simplificado em formato digital.
9-O projeto técnico qualificado simplificado foi elaborado de acordo com as diretrizes do Poder Público do Município em que o lote está localizado.
ACERCA DE SUAS RESPONSABILIDADES APÓS A OBTENÇÃO DA DISPENSA, O REQUERENTE DECLARA QUE:
1-Compromete-se a efetuar, no prazo estabelecido, o pagamento das taxas e emolumentos emitidos posteriormente por Estados, Distrito Federal e Municípios.
2-Entende que a obtenção da dispensa não afasta a exigibilidade de apresentação de novos documentos, a qualquer tempo, por ente da Administração pública.
3-Entende que a obtenção da dispensa não afasta a realização de fiscalização ou vistoria, a qualquer tempo, por ente da Administração pública.
4-Entende que a obtenção da dispensa não afasta a impugnação, a qualquer tempo, do direito de construir, por descumprimento de qualquer requisito legal, observado o disposto no art. 35.
5-Entende que a obtenção da dispensa não afasta a exigibilidade de pagamento posterior de quaisquer taxas ou emolumentos aplicáveis, inclusive sob pena de impugnação do direito de construir.

1.03 - CHECKLIST #03  
FORMULÁRIO DE AUTODECLARAÇÕES PARA  
- ATO PÚBLICO DE LIBERAÇÃO AUTORIZATIVO DE OBRA  
- NÍVEL DE RISCO II  
- ESTRUTURA DO TIPO ALFA OU BETA  
- EXECUÇÃO PARA CONSTRUÇÃO DE EDIFICAÇÃO NOVA EM LOTE NÃO EDIFICADO

ACERCA DE SUA RESPONSABILIZAÇÃO E CONHECIMENTO, O REQUERENTE DECLARA QUE:
1-Entende que a execução e condução da obra em discordância com qualquer lei, regulação ou diretriz acarreta a integral responsabilização civil e penal do proprietário e responsável técnico da obra.
2-Entende que a execução e condução da obra em discordância com qualquer lei, regulação ou diretriz descaracteriza seu enquadramento como de Nível de Risco II (baixo risco B).
3-Entende que a execução e condução da obra em discordância com qualquer lei, regulação ou diretriz permite, a qualquer tempo, a impugnação do direito de construir pelo agente público competente.
4-Cumprir, sob seu melhor juízo, todas as regras, diretrizes e restrições aplicáveis a seu caso, presentes em legislação ou normatização municipal ou distrital, especialmente acerca de códigos de obras, planos diretores, zoneamento, uso e ocupação do solo, entre outros.
5-Cumprir, sob seu melhor juízo, todas as regras, diretrizes e restrições aplicáveis a seu caso, presentes em legislação ou normatização estadual ou distrital, especialmente acerca de prevenção e combate a incêndio, pânico e desastres, entre outros.
6-Cumprir, sob seu melhor juízo, todas as regras, diretrizes e restrições aplicáveis a seu caso, presentes em legislação ou normatização federal, especialmente acerca de responsabilidades civis, administrativas e penais; registros de imóveis; regras de exercício profissional; entre outros.
7-Entende, plenamente, que a declaração falsa ou equivocada, de qualquer item ou parâmetro em todo este requerimento, constitui crime de falsidade ideológica.
8-Assume deter o conhecimento necessário, em seu melhor juízo, bem como os meios para obtê-lo, e assim está apto para firmar todas as declarações do requerimento, entendendo que, por consequência, responderá por dolo eventual em caso de equívoco ou confusão.
9-Renuncia a qualquer pretensão civil ou administrativa de alegar assimetria de informação para justificar equívoco.
10-Compromete-se a imprimir, publicar e manter evidente, na frente do lote para visualização de qualquer passante, o QR Code gerado ao final deste processo.
ACERCA DE SEU REQUERIMENTO, O REQUERENTE DECLARA QUE:
1-A obra será executada pelo período informado no requerimento, com prazo não superior a (24) meses.
2-A obra se trata única e exclusivamente de EXECUÇÃO PARA CONSTRUÇÃO de uma EDIFICAÇÃO NOVA em um LOTE NÃO EDIFICADO.
3-Efetivou previamente anotação técnica pelo projeto arquitetônico, cálculo estrutural, projeto hidrossanitário, e pela execução da obra, junto ao conselho profissional competente.
4-A obra é conduzida, dirigida e acompanhada por responsável técnico principal, profissional devidamente credenciado e legalmente apto para tal.
5-O responsável técnico principal não possui histórico de cassação ou impugnação, administrativa ou judicial, de ato público de liberação de sua responsabilidade, durante ou após execução de obra, por descumprimento ou ausência de requerimento legal nos últimos 5 (cinco) anos.
6-Encaminha, através deste requerimento, declaração de responsabilidade solidária.
7-A declaração de responsabilidade solidária é assinada pelo proprietário da obra.
8- A declaração de responsabilidade solidária é assinada pelo responsável técnico principal.
9-Encaminha, através deste requerimento, o conjunto de documentos, em formato digital de documento compacto .ZIP ou .RAR, elaborado conforme especificação disponibilizada do Poder Público municipal ou distrital, conforme disponibilizado neste portal.
10-Encaminha, através deste requerimento, o conjunto de documentos, em formato digital de documento compacto .ZIP ou .RAR, elaborado conforme especificação disponibilizada do Poder Público estadual ou distrital, conforme disponibilizado neste portal..
ACERCA DE SUAS RESPONSABILIDADES APÓS A OBTENÇÃO DA DISPENSA, O REQUERENTE DECLARA QUE:
1-Compromete-se a efetuar, no prazo estabelecido, o pagamento das taxas e emolumentos emitidos posteriormente por Estados, Distrito Federal e Municípios.
2-Entende que a obtenção da dispensa não afasta a exigibilidade de apresentação de novos documentos, a qualquer tempo, por ente da Administração pública.
3-Entende que a obtenção da dispensa não afasta a realização de fiscalização ou vistoria, a qualquer tempo, por ente da Administração pública.
4-Entende que a obtenção da dispensa não afasta a impugnação, a qualquer tempo, do direito de construir, por descumprimento de qualquer requisito legal, observado o disposto no art. 35.
5-Entende que a obtenção da dispensa não afasta a exigibilidade de pagamento posterior de quaisquer taxas ou emolumentos aplicáveis, inclusive sob pena de impugnação do direito de construir.

1.04 - CHECKLIST #04  
FORMULÁRIO DE AUTODECLARAÇÕES PARA  
- ATO PÚBLICO DE LIBERAÇÃO AUTORIZATIVO DE OBRA  
- NÍVEL DE RISCO II  
- ESTRUTURA DO TIPO ALFA OU BETA  
- EXECUÇÃO PARA REFORMA OU REQUALIFICAÇÃO DE EDIFICAÇÃO EXISTENTE

ACERCA DE SUA RESPONSABILIZAÇÃO E CONHECIMENTO, O REQUERENTE DECLARA QUE:
1-Entende que a execução e condução da obra em discordância com qualquer lei, regulação ou diretriz acarreta a integral responsabilização civil e penal do proprietário e responsável técnico da obra.
2-Entende que a execução e condução da obra em discordância com qualquer lei, regulação ou diretriz descaracteriza seu enquadramento como de Nível de Risco II (baixo risco B).
3-Entende que a execução e condução da obra em discordância com qualquer lei, regulação ou diretriz permite, a qualquer tempo, a impugnação do direito de construir pelo agente público competente.
4-Cumprir, sob seu melhor juízo, todas as regras, diretrizes e restrições aplicáveis a seu caso, presentes em legislação ou normatização municipal ou distrital, especialmente acerca de códigos de obras, planos diretores, zoneamento, uso e ocupação do solo, entre outros.
5-Cumprir, sob seu melhor juízo, todas as regras, diretrizes e restrições aplicáveis a seu caso, presentes em legislação ou normatização estadual ou distrital, especialmente acerca de prevenção e combate a incêndio, pânico e desastres, entre outros.
6-Cumprir, sob seu melhor juízo, todas as regras, diretrizes e restrições aplicáveis a seu caso, presentes em legislação ou normatização federal, especialmente acerca de responsabilidades civis, administrativas e penais; registros de imóveis; regras de exercício profissional; entre outros.
7-Entende, plenamente, que a declaração falsa ou equivocada, de qualquer item ou parâmetro em todo este requerimento, constitui crime de falsidade ideológica.
8-Assume deter o conhecimento necessário, em seu melhor juízo, bem como os meios para obtê-lo, e assim está apto para firmar todas as declarações do requerimento, entendendo que, por consequência, responderá por dolo eventual em caso de equívoco ou confusão.
9-Renuncia a qualquer pretensão civil ou administrativa de alegar assimetria de informação para justificar equívoco.
10-Compromete-se a imprimir, publicar e manter evidente, na frente do lote para visualização de qualquer passante, o QR Code gerado ao final deste processo.
ACERCA DE SEU REQUERIMENTO, O REQUERENTE DECLARA QUE:
1-A obra será executada pelo período informado no requerimento, com prazo não superior a (24) meses.
2-A obra se trata única e exclusivamente de EXECUÇÃO PARA REFORMA OU REQUALIFICAÇÃO de uma EDIFICAÇÃO EXISTENTE.
3-Efetivou previamente anotação técnica pelo projeto arquitetônico, cálculo estrutural, projeto hidrossanitário, e pela execução da obra, junto ao conselho profissional competente.
4-A obra é conduzida, dirigida e acompanhada por responsável técnico principal, profissional devidamente credenciado e legalmente apto para tal.
5-O responsável técnico principal não possui histórico de cassação ou impugnação, administrativa ou judicial, de ato público de liberação de sua responsabilidade, durante ou após execução de obra, por descumprimento ou ausência de requerimento legal nos últimos 5 (cinco) anos.
6-Encaminha, através deste requerimento, declaração de responsabilidade solidária.
7-A declaração de responsabilidade solidária é assinada pelo proprietário da obra.
8-A declaração de responsabilidade solidária é assinada pelo responsável técnico principal.
9-Encaminha, através deste requerimento, o conjunto de documentos, em formato digital de documento compacto .ZIP ou .RAR, elaborado conforme especificação disponibilizada do Poder Público municipal ou distrital, conforme disponibilizado neste portal.
10-Encaminha, através deste requerimento, o conjunto de documentos, em formato digital de documento compacto .ZIP ou .RAR, elaborado conforme especificação disponibilizada do Poder Público estadual ou distrital, conforme disponibilizado neste portal.
ACERCA DE SUAS RESPONSABILIDADES APÓS A OBTENÇÃO DA DISPENSA, O REQUERENTE DECLARA QUE:
1-Compromete-se a efetuar, no prazo estabelecido, o pagamento das taxas e emolumentos emitidos posteriormente por Estados, Distrito Federal e Municípios.
2-Entende que a obtenção da dispensa não afasta a exigibilidade de apresentação de novos documentos, a qualquer tempo, por ente da Administração pública.
3-Entende que a obtenção da dispensa não afasta a realização de fiscalização ou vistoria, a qualquer tempo, por ente da Administração pública.
4-Entende que a obtenção da dispensa não afasta a impugnação, a qualquer tempo, do direito de construir, por descumprimento de qualquer requisito legal, observado o disposto no art. 35.
5-Entende que a obtenção da dispensa não afasta a exigibilidade de pagamento posterior de quaisquer taxas ou emolumentos aplicáveis, inclusive sob pena de impugnação do direito de construir.

1.05 - CHECKLIST #05  
FORMULÁRIO DE AUTODECLARAÇÕES PARA  
- ATO PÚBLICO DE LIBERAÇÃO AUTORIZATIVO DE OBRA  
- NÍVEL DE RISCO II  
- ESTRUTURA DO TIPO GAMA  
- EXECUÇÃO PARA CONSTRUÇÃO DE EDIFICAÇÃO NOVA EM LOTE NÃO EDIFICADO

ACERCA DE SUA RESPONSABILIZAÇÃO E CONHECIMENTO, O REQUERENTE DECLARA QUE:
1-Entende que a execução e condução da obra em discordância com qualquer lei, regulação ou diretriz acarreta a integral responsabilização civil e penal do proprietário e responsável técnico da obra.
2-Entende que a execução e condução da obra em discordância com qualquer lei, regulação ou diretriz descaracteriza seu enquadramento como de Nível de Risco II (baixo risco B).
3-Entende que a execução e condução da obra em discordância com qualquer lei, regulação ou diretriz permite, a qualquer tempo, a impugnação do direito de construir pelo agente público competente.
4-Cumprir, sob seu melhor juízo, todas as regras, diretrizes e restrições aplicáveis a seu caso, presentes em legislação ou normatização municipal ou distrital, especialmente acerca de códigos de obras, planos diretores, zoneamento, uso e ocupação do solo, entre outros.
5-Cumprir, sob seu melhor juízo, todas as regras, diretrizes e restrições aplicáveis a seu caso, presentes em legislação ou normatização estadual ou distrital, especialmente acerca de prevenção e combate a incêndio, pânico e desastres, entre outros.
6-Cumprir, sob seu melhor juízo, todas as regras, diretrizes e restrições aplicáveis a seu caso, presentes em legislação ou normatização federal, especialmente acerca de responsabilidades civis, administrativas e penais; registros de imóveis; regras de exercício profissional; entre outros.
7-Entende, plenamente, que a declaração falsa ou equivocada, de qualquer item ou parâmetro em todo este requerimento, constitui crime de falsidade ideológica.
8-Assume deter o conhecimento necessário, em seu melhor juízo, bem como os meios para obtê-lo, e assim está apto para firmar todas as declarações do requerimento, entendendo que, por consequência, responderá por dolo eventual em caso de equívoco ou confusão.
9-Renuncia a qualquer pretensão civil ou administrativa de alegar assimetria de informação para justificar equívoco.
10-Compromete-se a imprimir, publicar e manter evidente, na frente do lote para visualização de qualquer passante, o QR Code gerado ao final deste processo.

ACERCA DE SEU REQUERIMENTO, O REQUERENTE DECLARA QUE:
1-A obra será executada pelo período informado no requerimento, com prazo não superior a (24) meses.
2-A obra se trata única e exclusivamente de EXECUÇÃO PARA CONSTRUÇÃO de uma EDIFICAÇÃO NOVA em um LOTE NÃO EDIFICADO.
3-Efetivou previamente anotação técnica pelo projeto arquitetônico, cálculo estrutural, projeto hidrossanitário, e pela execução da obra, junto ao conselho profissional competente.
4-A obra é conduzida, dirigida e acompanhada por responsável técnico principal, profissional devidamente credenciado e legalmente apto para tal.
5-O responsável técnico principal não possui histórico de cassação ou impugnação, administrativa ou judicial, de ato público de liberação de sua responsabilidade, durante ou após execução de obra, por descumprimento ou ausência de requerimento legal nos últimos 5 (cinco) anos.
6-O responsável técnico principal possui experiência urbanística local, tendo assinado ao menos 3 (três) requerimentos deferidos de atos públicos de liberação autorizativos de obra (alvarás de construção, autorizações de execução de obra, e semelhantes) junto ao mesmo Município ou Distrito Federal nos últimos 36 (trinta e seis) meses
7-Encaminha, através deste requerimento, declaração de responsabilidade solidária.
8-A declaração de responsabilidade solidária é assinada pelo proprietário da obra.
9-A declaração de responsabilidade solidária é assinada pelo responsável técnico principal.
10-Encaminha, através deste requerimento, o conjunto de documentos, em formato digital de documento compacto .ZIP ou .RAR, elaborado conforme especificação disponibilizada do Poder Público municipal ou distrital, conforme disponibilizado neste portal.
11-Encaminha, através deste requerimento, o conjunto de documentos, em formato digital de documento compacto .ZIP ou .RAR, elaborado conforme especificação disponibilizada do Poder Público estadual ou distrital, conforme disponibilizado neste portal.
ACERCA DE SUAS RESPONSABILIDADES APÓS A OBTENÇÃO DA DISPENSA, O REQUERENTE DECLARA QUE:
1-Compromete-se a efetuar, no prazo estabelecido, o pagamento das taxas e emolumentos emitidos posteriormente por Estados, Distrito Federal e Municípios.
2-Entende que a obtenção da dispensa não afasta a exigibilidade de apresentação de novos documentos, a qualquer tempo, por ente da Administração pública.
3-Entende que a obtenção da dispensa não afasta a realização de fiscalização ou vistoria, a qualquer tempo, por ente da Administração pública.
4-Entende que a obtenção da dispensa não afasta a impugnação, a qualquer tempo, do direito de construir, por descumprimento de qualquer requisito legal, observado o disposto no art. 35.
5-Entende que a obtenção da dispensa não afasta a exigibilidade de pagamento posterior de quaisquer taxas ou emolumentos aplicáveis, inclusive sob pena de impugnação do direito de construir

1.06 - CHECKLIST #06  
FORMULÁRIO DE AUTODECLARAÇÕES PARA  
- ATO PÚBLICO DE LIBERAÇÃO AUTORIZATIVO DE OBRA  
- NÍVEL DE RISCO II  
- ESTRUTURA DO TIPO GAMA  
- EXECUÇÃO PARA REFORMA OU REQUALIFICAÇÃO DE EDIFICAÇÃO EXISTENTE

ACERCA DE SUA RESPONSABILIZAÇÃO E CONHECIMENTO, O REQUERENTE DECLARA:
1-Entende que a execução e condução da obra em discordância com qualquer lei, regulação ou diretriz acarreta a integral responsabilização civil e penal do proprietário e responsável técnico da obra.
2-Entende que a execução e condução da obra em discordância com qualquer lei, regulação ou diretriz descaracteriza seu enquadramento como de Nível de Risco II (baixo risco B).
3-Entende que a execução e condução da obra em discordância com qualquer lei, regulação ou diretriz permite, a qualquer tempo, a impugnação do direito de construir pelo agente público competente.
4-Cumpra, sob seu melhor juízo, todas as regras, diretrizes e restrições aplicáveis a seu caso, presentes em legislação ou normatização municipal ou distrital, especialmente acerca de códigos de obras, planos diretores, zoneamento, uso e ocupação do solo, entre outros.
5-Cumpra, sob seu melhor juízo, todas as regras, diretrizes e restrições aplicáveis a seu caso, presentes em legislação ou normatização estadual ou distrital, especialmente acerca de prevenção e combate a incêndio, pânico e desastres, entre outros.
6-Cumpra, sob seu melhor juízo, todas as regras, diretrizes e restrições aplicáveis a seu caso, presentes em legislação ou normatização federal, especialmente acerca de responsabilidades civis, administrativas e penais; registros de imóveis; regras de exercício profissional; entre outros.
7-Entende, plenamente, que a declaração falsa ou equivocada, de qualquer item ou parâmetro em todo este requerimento, constitui crime de falsidade ideológica.
8-Assume deter o conhecimento necessário, em seu melhor juízo, bem como os meios para obtê-lo, e assim está apto para firmar todas as declarações do requerimento, entendendo que, por consequência, responderá por dolo eventual em caso de equívoco ou confusão.
9-Renuncia a qualquer pretensão civil ou administrativa de alegar assimetria de informação para justificar equívoco.
10-Compromete-se a imprimir, publicitar e manter evidente, na frente do lote para visualização de qualquer passante, o QR Code gerado ao final deste processo.
ACERCA DE SEU REQUERIMENTO, O REQUERENTE DECLARA QUE:
1-A obra será executada pelo período informado no requerimento, com prazo não superior a (24) meses.
2-A obra se trata única e exclusivamente de EXECUÇÃO PARA REFORMA OU REQUALIFICAÇÃO de uma EDIFICAÇÃO EXISTENTE.
3-Efetivou previamente anotação técnica pelo projeto arquitetônico, cálculo estrutural, projeto hidrossanitário, e pela execução da obra, junto ao conselho profissional competente.
4-A obra é conduzida, dirigida e acompanhada por responsável técnico principal, profissional devidamente credenciado e legalmente apto para tal.
5-O responsável técnico principal não possui histórico de cassação ou impugnação, administrativa ou judicial, de ato público de liberação de sua responsabilidade, durante ou após execução de obra, por descumprimento ou ausência de requerimento legal nos últimos 5 (cinco) anos.
6-O responsável técnico principal possui experiência urbanística local, tendo assinado ao menos 3 (três) requerimentos deferidos de atos públicos de liberação autorizativos de obra (alvarás de construção, autorizações de execução de obra, e semelhantes) junto ao mesmo Município ou Distrito Federal nos últimos 36 (trinta e seis) meses
7-Encaminha, através deste requerimento, declaração de responsabilidade solidária.
8-A declaração de responsabilidade solidária é assinada pelo proprietário da obra.
9-A declaração de responsabilidade solidária é assinada pelo responsável técnico principal.
10-Encaminha, através deste requerimento, o conjunto de documentos, em formato digital de documento compacto .ZIP ou .RAR, elaborado conforme especificação disponibilizada do Poder Público municipal ou distrital, conforme disponibilizado neste portal.
11-Encaminha, através deste requerimento, o conjunto de documentos, em formato digital de documento compacto .ZIP ou .RAR, elaborado conforme especificação disponibilizada do Poder Público estadual ou distrital, conforme disponibilizado neste portal.
ACERCA DE SUAS RESPONSABILIDADES APÓS A OBTENÇÃO DA DISPENSA, O REQUERENTE DECLARA QUE:
1-Compromete-se a efetuar, no prazo estabelecido, o pagamento das taxas e emolumentos emitidos posteriormente por Estados, Distrito Federal e Municípios.
2-Entende que a obtenção da dispensa não afasta a exigibilidade de apresentação de novos documentos, a qualquer tempo, por ente da Administração pública.
3-Entende que a obtenção da dispensa não afasta a realização de fiscalização ou vistoria, a qualquer tempo, por ente da Administração pública.
4-Entende que a obtenção da dispensa não afasta a impugnação, a qualquer tempo, do direito de construir, por descumprimento de qualquer requisito legal, observado o disposto no art. 35.
5-Entende que a obtenção da dispensa não afasta a exigibilidade de pagamento posterior de quaisquer taxas ou emolumentos aplicáveis, inclusive sob pena de impugnação do direito de construir.

1.07 - CHECKLIST #07  
FORMULÁRIO DE AUTODECLARAÇÕES PARA  
- ATO PÚBLICO DE LIBERAÇÃO AUTORIZATIVO DE OBRA  
- NÍVEL DE RISCO II  
- ESTRUTURA DO TIPO DELTA  
- EXECUÇÃO PARA CONSTRUÇÃO DE EDIFICAÇÃO NOVA EM LOTE NÃO EDIFICADO

ACERCA DE SUA RESPONSABILIZAÇÃO E CONHECIMENTO, O REQUERENTE DECLARA QUE:
1-Entende que a execução e condução da obra em discordância com qualquer lei, regulação ou diretriz acarreta a integral responsabilização civil e penal do proprietário e responsável técnico da obra.
2-Entende que a execução e condução da obra em discordância com qualquer lei, regulação ou diretriz descaracteriza seu enquadramento como de Nível de Risco II (baixo risco B).
3-Entende que a execução e condução da obra em discordância com qualquer lei, regulação ou diretriz permite, a qualquer tempo, a impugnação do direito de construir pelo agente público competente.
4-Cumpra, sob seu melhor juízo, todas as regras, diretrizes e restrições aplicáveis a seu caso, presentes em legislação ou normatização municipal ou distrital, especialmente acerca de códigos de obras, planos diretores, zoneamento, uso e ocupação do solo, entre outros.
5-Cumpra, sob seu melhor juízo, todas as regras, diretrizes e restrições aplicáveis a seu caso, presentes em legislação ou normatização estadual ou distrital, especialmente acerca de prevenção e combate a incêndio, pânico e desastres, entre outros.
6-Cumpra, sob seu melhor juízo, todas as regras, diretrizes e restrições aplicáveis a seu caso, presentes em legislação ou normatização federal, especialmente acerca de responsabilidades civis, administrativas e penais; registros de imóveis; regras de exercício profissional; entre outros.
7-Entende, plenamente, que a declaração falsa ou equivocada, de qualquer item ou parâmetro em todo este requerimento, constitui crime de falsidade ideológica.
8-Assume deter o conhecimento necessário, em seu melhor juízo, bem como os meios para obtê-lo, e assim está apto para firmar todas as declarações do requerimento, entendendo que, por consequência, responderá por dolo eventual em caso de equívoco ou confusão.
9-Renuncia a qualquer pretensão civil ou administrativa de alegar assimetria de informação para justificar equívoco.
10-Compromete-se a imprimir, publicitar e manter evidente, na frente do lote para visualização de qualquer passante, o QR Code gerado ao final deste processo.

ACERCA DE SEU REQUERIMENTO, O REQUERENTE DECLARA QUE:
1-A obra será executada pelo período informado no requerimento, com prazo não superior a (24) meses.
2-A obra se trata única e exclusivamente de EXECUÇÃO PARA CONSTRUÇÃO de uma EDIFICAÇÃO NOVA em um LOTE NÃO EDIFICADO.
3-Efetivou previamente anotação técnica pelo projeto arquitetônico, cálculo estrutural, projeto hidrossanitário, e pela execução da obra, junto ao conselho profissional competente.
4-A obra é conduzida, dirigida e acompanhada por responsável técnico principal, profissional devidamente credenciado e legalmente apto para tal.
5-O responsável técnico principal não possui histórico de cassação ou impugnação, administrativa ou judicial, de ato público de liberação de sua responsabilidade, durante ou após execução de obra, por descumprimento ou ausência de requerimento legal nos últimos 5 (cinco) anos.
6-O responsável técnico principal possui experiência urbanística local, tendo assinado ao menos 3 (três) requerimentos deferidos de atos públicos de liberação autorizativos de obra (alvarás de construção, autorizações de execução de obra, e semelhantes) junto ao mesmo Município ou Distrito Federal nos últimos 36 (trinta e seis) meses
7-A obra é supervisionada, diligenciada e fiscalizada por responsável técnico complementar, profissional devidamente credenciado e legalmente apto para tal.
8-O responsável técnico complementar, nos últimos 5 (cinco) anos, não foi sócio ou empregador do responsável técnico principal.
9-O responsável técnico complementar, nos últimos 5 (cinco) anos, não foi empregado na mesma empresa ou empregador que o responsável técnico principal.
10-O responsável técnico complementar, nos últimos 5 (cinco) anos, não foi responsável técnico ou complementar em mais de 10 (dez) diferentes obras junto ao responsável técnico principal desta obra.
11-O responsável técnico complementar não possui relação de parentesco até o terceiro grau com o responsável técnico primário.
12-O responsável técnico complementar não possui possuindo histórico de cassação, administrativa ou judicial, de ato público de liberação de sua responsabilidade técnica, durante ou após execução de obra, por descumprimento ou ausência de requerimento legal, nos últimos 5 (cinco) anos
13-Encaminha, através deste requerimento, declaração de responsabilidade solidária.
14-A declaração de responsabilidade solidária é assinada pelo proprietário da obra.
15-A declaração de responsabilidade solidária é assinada pelo responsável técnico principal.
16-Encaminha, através deste requerimento, o conjunto de documentos, em formato digital de documento compacto .ZIP ou .RAR, elaborado conforme especificação disponibilizada do Poder Público municipal ou distrital, conforme disponibilizado neste portal.
17-Encaminha, através deste requerimento, o conjunto de documentos, em formato digital de documento compacto .ZIP ou .RAR, elaborado conforme especificação disponibilizada do Poder Público estadual ou distrital, conforme disponibilizado neste portal.
ACERCA DE SUAS RESPONSABILIDADES APÓS A OBTENÇÃO DA DISPENSA, O REQUERENTE DECLARA QUE:
1-Compromete-se a efetuar, no prazo estabelecido, o pagamento das taxas e emolumentos emitidos posteriormente por Estados, Distrito Federal e Municípios.
2-Entende que a obtenção da dispensa não afasta a exigibilidade de apresentação de novos documentos, a qualquer tempo, por ente da Administração pública.
3-Entende que a obtenção da dispensa não afasta a realização de fiscalização ou vistoria, a qualquer tempo, por ente da Administração pública.
4-Entende que a obtenção da dispensa não afasta a impugnação, a qualquer tempo, do direito de construir, por descumprimento de qualquer requisito legal, observado o disposto no art. 35.
5-Entende que a obtenção da dispensa não afasta a exigibilidade de pagamento posterior de quaisquer taxas ou emolumentos aplicáveis, inclusive sob pena de impugnação do direito de construir.

1.08 - CHECKLIST #08  
FORMULÁRIO DE AUTODECLARAÇÕES PARA  
- ATO PÚBLICO DE LIBERAÇÃO AUTORIZATIVO DE OBRA  
- NÍVEL DE RISCO II  
- ESTRUTURA DO TIPO DELTA  
- EXECUÇÃO PARA REFORMA OU REQUALIFICAÇÃO DE EDIFICAÇÃO EXISTENTE

ACERCA DE SUA RESPONSABILIZAÇÃO E CONHECIMENTO, O REQUERENTE DECLARA QUE:
1-Entende que a execução e condução da obra em discordância com qualquer lei, regulação ou diretriz acarreta a integral responsabilização civil e penal do proprietário e responsável técnico da obra.
2-Entende que a execução e condução da obra em discordância com qualquer lei, regulação ou diretriz descaracteriza seu enquadramento como de Nível de Risco II (baixo risco B).
3-Entende que a execução e condução da obra em discordância com qualquer lei, regulação ou diretriz permite, a qualquer tempo, a impugnação do direito de construir pelo agente público competente.
4-Cumpra, sob seu melhor juízo, todas as regras, diretrizes e restrições aplicáveis a seu caso, presentes em legislação ou normatização municipal ou distrital, especialmente acerca de códigos de obras, planos diretores, zoneamento, uso e ocupação do solo, entre outros.
5-Cumpra, sob seu melhor juízo, todas as regras, diretrizes e restrições aplicáveis a seu caso, presentes em legislação ou normatização estadual ou distrital, especialmente acerca de prevenção e combate a incêndio, pânico e desastres, entre outros.
6-Cumpra, sob seu melhor juízo, todas as regras, diretrizes e restrições aplicáveis a seu caso, presentes em legislação ou normatização federal, especialmente acerca de responsabilidades civis, administrativas e penais; registros de imóveis; regras de exercício profissional; entre outros.
7-Entende, plenamente, que a declaração falsa ou equivocada, de qualquer item ou parâmetro em todo este requerimento, constitui crime de falsidade ideológica.
8-Assume deter o conhecimento necessário, em seu melhor juízo, bem como os meios para obtê-lo, e assim está apto para firmar todas as declarações do requerimento, entendendo que, por consequência, responderá por dolo eventual em caso de equívoco ou confusão.
9-Renuncia a qualquer pretensão civil ou administrativa de alegar assimetria de informação para justificar equívoco.
10-Compromete-se a imprimir, publicitar e manter evidente, na frente do lote para visualização de qualquer passante, o QR Code gerado ao final deste processo.
ACERCA DE SEU REQUERIMENTO, O REQUERENTE DECLARA QUE:
1-A obra será executada pelo período informado no requerimento, com prazo não superior a (24) meses.
2-A obra se trata única e exclusivamente de EXECUÇÃO PARA REFORMA OU REQUALIFICAÇÃO de uma EDIFICAÇÃO EXISTENTE.
3-Efetivou previamente anotação técnica pelo projeto arquitetônico, cálculo estrutural, projeto hidrossanitário, e pela execução da obra, junto ao conselho profissional competente.
4-A obra é conduzida, dirigida e acompanhada por responsável técnico principal, profissional devidamente credenciado e legalmente apto para tal.
5-O responsável técnico principal não possui histórico de cassação ou impugnação, administrativa ou judicial, de ato público de liberação de sua responsabilidade, durante ou após execução de obra, por descumprimento ou ausência de requerimento legal nos últimos 5 (cinco) anos.
6-O responsável técnico principal possui experiência urbanística local, tendo assinado ao menos 3 (três) requerimentos deferidos de atos públicos de liberação autorizativos de obra (alvarás de construção, autorizações de execução de obra, e semelhantes) junto ao mesmo Município ou Distrito Federal nos últimos 36 (trinta e seis) meses.
7-A obra é supervisionada, diligenciada e fiscalizada por responsável técnico complementar, profissional devidamente credenciado e legalmente apto para tal.
8-O responsável técnico complementar, nos últimos 5 (cinco) anos, não foi sócio ou empregador do responsável técnico principal.
9-O responsável técnico complementar, nos últimos 5 (cinco) anos, não foi empregado na mesma empresa ou empregador que o responsável técnico principal.
10-O responsável técnico complementar, nos últimos 5 (cinco) anos, não foi responsável técnico ou complementar em mais de 10 (dez) diferentes obras junto ao responsável técnico principal desta obra.
11-O responsável técnico complementar não possui relação de parentesco até o terceiro grau com o responsável técnico primário.
12-O responsável técnico complementar não possui possuindo histórico de cassação, administrativa ou judicial, de ato público de liberação de sua responsabilidade técnica, durante ou após execução de obra, por descumprimento ou ausência de requerimento legal, nos últimos 5 (cinco) anos
13-Encaminha, através deste requerimento, declaração de responsabilidade solidária.
14-A declaração de responsabilidade solidária é assinada pelo proprietário da obra.
15-A declaração de responsabilidade solidária é assinada pelo responsável técnico principal.
16-Encaminha, através deste requerimento, o conjunto de documentos, em formato digital de documento compacto .ZIP ou .RAR, elaborado conforme especificação disponibilizada do Poder Público municipal ou distrital, conforme disponibilizado neste portal.
17-Encaminha, através deste requerimento, o conjunto de documentos, em formato digital de documento compacto .ZIP ou .RAR, elaborado conforme especificação disponibilizada do Poder Público estadual ou distrital, conforme disponibilizado neste portal.
ACERCA DE SUAS RESPONSABILIDADES APÓS A OBTENÇÃO DA DISPENSA, O REQUERENTE DECLARA QUE:
1-Compromete-se a efetuar, no prazo estabelecido, o pagamento das taxas e emolumentos emitidos posteriormente por Estados, Distrito Federal e Municípios.
2-Entende que a obtenção da dispensa não afasta a exigibilidade de apresentação de novos documentos, a qualquer tempo, por ente da Administração pública.
3-Entende que a obtenção da dispensa não afasta a realização de fiscalização ou vistoria, a qualquer tempo, por ente da Administração pública.
4-Entende que a obtenção da dispensa não afasta a impugnação, a qualquer tempo, do direito de construir, por descumprimento de qualquer requisito legal, observado o disposto no art. 35.
5-Entende que a obtenção da dispensa não afasta a exigibilidade de pagamento posterior de quaisquer taxas ou emolumentos aplicáveis, inclusive sob pena de impugnação do direito de construir.

1.09 - CHECKLIST #09  
FORMULÁRIO DE AUTODECLARAÇÕES PARA  
- ATO PÚBLICO DE LIBERAÇÃO DE HABILITAÇÃO URBANÍSTICA  
- BAIXO RISCO A

ACERCA DE SUA RESPONSABILIZAÇÃO E CONHECIMENTO, O REQUERENTE DECLARA QUE:
1-Cumprir, sob seu melhor juízo, todas as regras, diretrizes e restrições aplicáveis a seu caso, presentes em legislação ou normatização municipal ou distrital, especialmente acerca de códigos de obras, planos diretores, zoneamento, uso e ocupação do solo, entre outros.
2-Cumprir, sob seu melhor juízo, todas as regras, diretrizes e restrições aplicáveis a seu caso, presentes em legislação ou normatização estadual ou distrital, especialmente acerca de prevenção e combate a incêndio, pânico e desastres, entre outros.
3-Cumprir, sob seu melhor juízo, todas as regras, diretrizes e restrições aplicáveis a seu caso, presentes em legislação ou normatização federal, especialmente acerca de responsabilidades civis, administrativas e penais; registros de imóveis; regras de exercício profissional; entre outros.
4-Entende, plenamente, que a declaração falsa ou equivocada, de qualquer item ou parâmetro em todo este requerimento, constitui crime de falsidade ideológica.
5-Assume deter o conhecimento necessário, em seu melhor juízo, bem como os meios para obtê-lo, e assim está apto para firmar todas as declarações do requerimento, entendendo que, por consequência, responderá por dolo eventual em caso de equívoco ou confusão.
6-Renuncia a qualquer pretensão civil ou administrativa de alegar assimetria de informação para justificar equívoco.
ACERCA DE SEU REQUERIMENTO, O REQUERENTE DECLARA QUE:
1-A edificação é construção em zona urbana.
2-A edificação é destinada para fins residenciais.
3-A edificação possui somente 1 (um) pavimento.
4-A edificação está finalizada há mais de 5 (cinco) anos.
5-A edificação é localizada em área predominantemente ocupada população de baixa renda.

1.10 - CHECKLIST #10  
FORMULÁRIO DE AUTODECLARAÇÕES PARA  
- ATO PÚBLICO DE LIBERAÇÃO DE HABILITAÇÃO URBANÍSTICA  
- BAIXO RISCO B  
- ESTRUTURAS DO TIPO ALFA OU BETA  
- PARA FINS EXCLUSIVAMENTE RESIDENCIAIS

ACERCA DE SUA RESPONSABILIZAÇÃO E CONHECIMENTO, O REQUERENTE DECLARA QUE:
1-Cumprir, sob seu melhor juízo, todas as regras, diretrizes e restrições aplicáveis a seu caso, presentes em legislação ou normatização municipal ou distrital, especialmente acerca de códigos de obras, planos diretores, zoneamento, uso e ocupação do solo, entre outros.
2-Cumprir, sob seu melhor juízo, todas as regras, diretrizes e restrições aplicáveis a seu caso, presentes em legislação ou normatização estadual ou distrital, especialmente acerca de prevenção e combate a incêndio, pânico e desastres, entre outros.
3-Cumprir, sob seu melhor juízo, todas as regras, diretrizes e restrições aplicáveis a seu caso, presentes em legislação ou normatização federal, especialmente acerca de responsabilidades civis, administrativas e penais; registros de imóveis; regras de exercício profissional; entre outros.
4-Entende, plenamente, que a declaração falsa ou equivocada, de qualquer item ou parâmetro em todo este requerimento, constitui crime de falsidade ideológica.
5-Assume deter o conhecimento necessário, em seu melhor juízo, bem como os meios para obtê-lo, e assim está apto para firmar todas as declarações do requerimento, entendendo que, por consequência, responderá por dolo eventual em caso de equívoco ou confusão.
6-Renuncia a qualquer pretensão civil ou administrativa de alegar assimetria de informação para justificar equívoco.
ACERCA DE SEU REQUERIMENTO, O REQUERENTE DECLARA QUE:
1-A construção da edificação foi executada e concluída de maneira regular e lícita, na forma da lei.
2-Encaminha, através deste requerimento, o conjunto de documentos, em formato digital de documento compacto .ZIP ou .RAR, elaborado conforme especificação disponibilizada do Poder Público municipal ou distrital, conforme disponibilizado neste portal.
3-Os demais documentos encaminhados são fiéis e autênticos, cumprindo com todos os requisitos legais estabelecidos.
4-Efetivou previamente anotação técnica pelo projeto arquitetônico, cálculo estrutural, projeto hidrossanitário, e pela execução da obra, junto ao conselho profissional competente.
ACERCA DA UTILIZAÇÃO DA EDIFICAÇÃO, O REQUERENTE DECLARA QUE:
1-A edificação não é destinada para local de reunião de público.
2-A edificação não envolve a manipulação ou armazenamento de produtos perigosos à saúde humana, ao meio ambiente ou ao patrimônio, tais como explosivos; fogos de artifícios, peróxidos orgânicos, substâncias oxidantes, radioativas ou corrosivas, ou substâncias perigosas diversas, cuja legislação demande licenciamento específico.
3-A edificação não possua quaisquer tipos de gases inflamáveis em tanques ou cilindros.
4-A edificação não armazene ou manipule acima de 1.000 (hum mil) litros de líquidos combustíveis ou inflamáveis em recipientes ou tanques aéreos.
ACERCA DE SUAS RESPONSABILIDADES APÓS A OBTENÇÃO DA DISPENSA, O REQUERENTE DECLARA QUE:
1-Compromete-se a efetuar, no prazo estabelecido, o pagamento das taxas e emolumentos emitidos posteriormente por Estados, Distrito Federal e Municípios.
2-Entende que a obtenção da dispensa não afasta a exigibilidade de apresentação de novos documentos, a qualquer tempo, por ente da Administração pública.
3-Entende que a obtenção da dispensa não afasta a realização de fiscalização ou vistoria, a qualquer tempo, por ente da Administração pública.
4-Entende que a obtenção da dispensa não afasta a impugnação, a qualquer tempo, da presente habilitação, por descumprimento de qualquer requisito legal, observado o disposto no art. 35.
5-Entende que a obtenção da dispensa não afasta a exigibilidade de pagamento posterior de quaisquer taxas ou emolumentos aplicáveis, inclusive sob pena de impugnação da habilitação da edificação.

1.11 - CHECKLIST #11  
FORMULÁRIO DE AUTODECLARAÇÕES PARA  
- ATO PÚBLICO DE LIBERAÇÃO DE HABILITAÇÃO URBANÍSTICA  
- BAIXO RISCO B  
- ESTRUTURAS DO TIPO ALFA OU BETA

ACERCA DE SUA RESPONSABILIZAÇÃO E CONHECIMENTO, O REQUERENTE DECLARA QUE:
1-Cumprir, sob seu melhor juízo, todas as regras, diretrizes e restrições aplicáveis a seu caso, presentes em legislação ou normatização municipal ou distrital, especialmente acerca de códigos de obras, planos diretores, zoneamento, uso e ocupação do solo, entre outros.
2-Cumprir, sob seu melhor juízo, todas as regras, diretrizes e restrições aplicáveis a seu caso, presentes em legislação ou normatização estadual ou distrital, especialmente acerca de prevenção e combate a incêndio, pânico e desastres, entre outros.
3-Cumprir, sob seu melhor juízo, todas as regras, diretrizes e restrições aplicáveis a seu caso, presentes em legislação ou normatização federal, especialmente acerca de responsabilidades civis, administrativas e penais; registros de imóveis; regras de exercício profissional; entre outros.
4-Entende, plenamente, que a declaração falsa ou equivocada, de qualquer item ou parâmetro em todo este requerimento, constitui crime de falsidade ideológica.
5-Assume deter o conhecimento necessário, em seu melhor juízo, bem como os meios para obtê-lo, e assim está apto para firmar todas as declarações do requerimento, entendendo que, por consequência, responderá por dolo eventual em caso de equívoco ou confusão.
6-Renuncia a qualquer pretensão civil ou administrativa de alegar assimetria de informação para justificar equívoco.
ACERCA DE SEU REQUERIMENTO, O REQUERENTE DECLARA QUE:
1-A construção da edificação foi executada e concluída de maneira regular e lícita, na forma da lei.
2-Encaminha, através deste requerimento, o conjunto de documentos, em formato digital de documento compacto .ZIP ou .RAR, elaborado conforme especificação disponibilizada do Poder Público municipal ou distrital, conforme disponibilizado neste portal.
3-Os demais documentos encaminhados são fiéis e autênticos, cumprindo com todos os requisitos legais estabelecidos.
4-Efetivou previamente anotação técnica pelo projeto arquitetônico, cálculo estrutural, projeto hidrossanitário, e pela execução da obra, junto ao conselho profissional competente.
ACERCA DA UTILIZAÇÃO DA EDIFICAÇÃO, O REQUERENTE DECLARA QUE:
1-A edificação não é destinada para local de reunião de público.
2-A edificação não é destinada para ocupantes que requeiram cuidados especiais por limitações físicas, psíquicas ou outras de qualquer natureza
3-A edificação não envolve a manipulação ou armazenamento de produtos perigosos à saúde humana, ao meio ambiente ou ao patrimônio, tais como explosivos; fogos de artifícios, peróxidos orgânicos, substâncias oxidantes, radioativas ou corrosivas, ou substâncias perigosas diversas, cuja legislação demande licenciamento específico.
4-A edificação não possua quaisquer tipos de gases inflamáveis em tanques ou cilindros.
5-A edificação não armazene ou manipule acima de 1.000 (hum mil) litros de líquidos combustíveis ou inflamáveis em recipientes ou tanques aéreos.
ACERCA DE SUAS RESPONSABILIDADES APÓS A OBTENÇÃO DA DISPENSA, O REQUERENTE DECLARA QUE:
1-Compromete-se a efetuar, no prazo estabelecido, o pagamento das taxas e emolumentos emitidos posteriormente por Estados, Distrito Federal e Municípios.
2-Entende que a obtenção da dispensa não afasta a exigibilidade de apresentação de novos documentos, a qualquer tempo, por ente da Administração pública.
3-Entende que a obtenção da dispensa não afasta a realização de fiscalização ou vistoria, a qualquer tempo, por ente da Administração pública.
4-Entende que a obtenção da dispensa não afasta a impugnação, a qualquer tempo, da presente habilitação, por descumprimento de qualquer requisito legal, observado o disposto no art. 35.
5-Entende que a obtenção da dispensa não afasta a exigibilidade de pagamento posterior de quaisquer taxas ou emolumentos aplicáveis, inclusive sob pena de impugnação da habilitação da edificação.

1.12 - CHECKLIST #12  
FORMULÁRIO DE AUTODECLARAÇÕES PARA  
- ATO PÚBLICO DE LIBERAÇÃO DE HABILITAÇÃO URBANÍSTICA  
- BAIXO RISCO B  
- ESTRUTURAS DO TIPO GAMA OU DELTA  
- PARA FINS EXCLUSIVAMENTE RESIDENCIAIS

ACERCA DE SUA RESPONSABILIZAÇÃO E CONHECIMENTO, O REQUERENTE DECLARA QUE:
1-Cumprir, sob seu melhor juízo, todas as regras, diretrizes e restrições aplicáveis a seu caso, presentes em legislação ou normatização municipal ou distrital, especialmente acerca de códigos de obras, planos diretores, zoneamento, uso e ocupação do solo, entre outros.
2-Cumprir, sob seu melhor juízo, todas as regras, diretrizes e restrições aplicáveis a seu caso, presentes em legislação ou normatização estadual ou distrital, especialmente acerca de prevenção e combate a incêndio, pânico e desastres, entre outros.
3-Cumprir, sob seu melhor juízo, todas as regras, diretrizes e restrições aplicáveis a seu caso, presentes em legislação ou normatização federal, especialmente acerca de responsabilidades civis, administrativas e penais; registros de imóveis; regras de exercício profissional; entre outros.
4-Entende, plenamente, que a declaração falsa ou equivocada, de qualquer item ou parâmetro em todo este requerimento, constitui crime de falsidade ideológica.
5-Assume deter o conhecimento necessário, em seu melhor juízo, bem como os meios para obtê-lo, e assim está apto para firmar todas as declarações do requerimento, entendendo que, por consequência, responderá por dolo eventual em caso de equívoco ou confusão.
6-Renuncia a qualquer pretensão civil ou administrativa de alegar assimetria de informação para justificar equívoco.

ACERCA DE SEU REQUERIMENTO, O REQUERENTE DECLARA QUE:
1-A construção da edificação foi executada e concluída de maneira regular e lícita, na forma da lei.
2-Efetivou previamente anotação técnica pelo projeto arquitetônico, cálculo estrutural, projeto hidrossanitário, e pela execução da obra, junto ao conselho profissional competente.
3-A obra foi conduzida, dirigida e acompanhada por responsável técnico principal, profissional devidamente credenciado e legalmente apto para tal.
4-O responsável técnico principal não possui histórico de cassação ou impugnação, administrativa ou judicial, de ato público de liberação de sua responsabilidade, durante ou após execução de obra, por descumprimento ou ausência de requerimento legal nos últimos 5 (cinco) anos.
5-A declaração de responsabilidade solidária é assinada pelo proprietário da obra.
6-A declaração de responsabilidade solidária é assinada pelo responsável técnico principal.
7-Encaminha, através deste requerimento, o conjunto de documentos, em formato digital de documento compacto .ZIP ou .RAR, elaborado conforme especificação disponibilizada do Poder Público municipal ou distrital, conforme disponibilizado neste portal.
8-Encaminha, através deste requerimento, o conjunto de documentos, em formato digital de documento compacto .ZIP ou .RAR, elaborado conforme especificação disponibilizada do Poder Público estadual ou distrital, conforme disponibilizado neste portal.
9- Os demais documentos encaminhados são fiéis e autênticos, cumprindo com todos os requisitos legais estabelecidos.
ACERCA DA UTILIZAÇÃO DA EDIFICAÇÃO, O REQUERENTE DECLARA QUE:
1-A edificação não é destinada para local de reunião de público.
2-A edificação não envolve a manipulação ou armazenamento de produtos perigosos à saúde humana, ao meio ambiente ou ao patrimônio, tais como explosivos; fogos de artifícios, peróxidos orgânicos, substâncias oxidantes, radioativas ou corrosivas, ou substâncias perigosas diversas, cuja legislação demande licenciamento específico.
3- A edificação não possua quaisquer tipos de gases inflamáveis em tanques ou cilindros.
4-A edificação não armazene ou manipule acima de 1.000 (hum mil) litros de líquidos combustíveis ou inflamáveis em recipientes ou tanques aéreos.
ACERCA DE SUAS RESPONSABILIDADES APÓS A OBTENÇÃO DA DISPENSA, O REQUERENTE DECLARA QUE:
1-Compromete-se a efetuar, no prazo estabelecido, o pagamento das taxas e emolumentos emitidos posteriormente por Estados, Distrito Federal e Municípios.
2-Entende que a obtenção da dispensa não afasta a exigibilidade de apresentação de novos documentos, a qualquer tempo, por ente da Administração pública.
3-Entende que a obtenção da dispensa não afasta a realização de fiscalização ou vistoria, a qualquer tempo, por ente da Administração pública.
4-Entende que a obtenção da dispensa não afasta a impugnação, a qualquer tempo, da presente habilitação, por descumprimento de qualquer requisito legal, observado o disposto no art. 35.
5-Entende que a obtenção da dispensa não afasta a exigibilidade de pagamento posterior de quaisquer taxas ou emolumentos aplicáveis, inclusive sob pena de impugnação da habilitação da edificação.

1.11 - CHECKLIST #13  
FORMULÁRIO DE AUTODECLARAÇÕES PARA  
- ATO PÚBLICO DE LIBERAÇÃO DE HABILITAÇÃO URBANÍSTICA  
- BAIXO RISCO B  
- ESTRUTURAS DO TIPO GAMA OU DELTA

ACERCA DE SUA RESPONSABILIZAÇÃO E CONHECIMENTO, O REQUERENTE DECLARA QUE:
1-Cumpra, sob seu melhor juízo, todas as regras, diretrizes e restrições aplicáveis a seu caso, presentes em legislação ou normatização municipal ou distrital, especialmente acerca de códigos de obras, planos diretores, zoneamento, uso e ocupação do solo, entre outros.
2-Cumpra, sob seu melhor juízo, todas as regras, diretrizes e restrições aplicáveis a seu caso, presentes em legislação ou normatização estadual ou distrital, especialmente acerca de prevenção e combate a incêndio, pânico e desastres, entre outros.
3-Cumpra, sob seu melhor juízo, todas as regras, diretrizes e restrições aplicáveis a seu caso, presentes em legislação ou normatização federal, especialmente acerca de responsabilidades civis, administrativas e penais; registros de imóveis; regras de exercício profissional; entre outros.
4-Entende, plenamente, que a declaração falsa ou equivocada, de qualquer item ou parâmetro em todo este requerimento, constitui crime de falsidade ideológica.
5-Assume deter o conhecimento necessário, em seu melhor juízo, bem como os meios para obtê-lo, e assim está apto para firmar todas as declarações do requerimento, entendendo que, por consequência, responderá por dolo eventual em caso de equívoco ou confusão.
6-Renuncia a qualquer pretensão civil ou administrativa de alegar assimetria de informação para justificar equívoco.
ACERCA DE SEU REQUERIMENTO, O REQUERENTE DECLARA QUE:
1-A construção da edificação foi executada e concluída de maneira regular e lícita, na forma da lei.
2-Efetivou previamente anotação técnica pelo projeto arquitetônico, cálculo estrutural, projeto hidrossanitário, e pela execução da obra, junto ao conselho profissional competente.
3-A obra foi conduzida, dirigida e acompanhada por responsável técnico principal, profissional devidamente credenciado e legalmente apto para tal.
4-O responsável técnico principal não possui histórico de cassação ou impugnação, administrativa ou judicial, de ato público de liberação de sua responsabilidade, durante ou após execução de obra, por descumprimento ou ausência de requerimento legal nos últimos 5 (cinco) anos.
5-A declaração de responsabilidade solidária é assinada pelo proprietário da obra.
6-A declaração de responsabilidade solidária é assinada pelo responsável técnico principal.
7-Encaminha, através deste requerimento, o conjunto de documentos, em formato digital de documento compacto .ZIP ou .RAR, elaborado conforme especificação disponibilizada do Poder Público municipal ou distrital, conforme disponibilizado neste portal.
8-Encaminha, através deste requerimento, o conjunto de documentos, em formato digital de documento compacto .ZIP ou .RAR, elaborado conforme especificação disponibilizada do Poder Público estadual ou distrital, conforme disponibilizado neste portal.
9- Os demais documentos encaminhados são fiéis e autênticos, cumprindo com todos os requisitos legais estabelecidos.
ACERCA DA UTILIZAÇÃO DA EDIFICAÇÃO, O REQUERENTE DECLARA QUE:
1-A edificação não é destinada para local de reunião de público.
2-A edificação não é destinada para ocupantes que requeiram cuidados especiais por limitações físicas, psíquicas ou outras de qualquer natureza
3-A edificação não envolve a manipulação ou armazenamento de produtos perigosos à saúde humana, ao meio ambiente ou ao patrimônio, tais como explosivos; fogos de artifícios, peróxidos orgânicos, substâncias oxidantes, radioativas ou corrosivas, ou substâncias perigosas diversas, cuja legislação demande licenciamento específico.
4-A edificação não possua quaisquer tipos de gases inflamáveis em tanques ou cilindros.
5-A edificação não armazene ou manipule acima de 1.000 (hum mil) litros de líquidos combustíveis ou inflamáveis em recipientes ou tanques aéreos.
ACERCA DE SUAS RESPONSABILIDADES APÓS A OBTENÇÃO DA DISPENSA, O REQUERENTE DECLARA QUE:
1-Compromete-se a efetuar, no prazo estabelecido, o pagamento das taxas e emolumentos emitidos posteriormente por Estados, Distrito Federal e Municípios.
2-Entende que a obtenção da dispensa não afasta a exigibilidade de apresentação de novos documentos, a qualquer tempo, por ente da Administração pública.
3-Entende que a obtenção da dispensa não afasta a realização de fiscalização ou vistoria, a qualquer tempo, por ente da Administração pública.
4-Entende que a obtenção da dispensa não afasta a impugnação, a qualquer tempo, da presente habilitação, por descumprimento de qualquer requisito legal, observado o disposto no art. 35.
5-Entende que a obtenção da dispensa não afasta a exigibilidade de pagamento posterior de quaisquer taxas ou emolumentos aplicáveis, inclusive sob pena de impugnação da habilitação da edificação.

1.12 - CHECKLIST #14  
FORMULÁRIO DE AUTODECLARAÇÕES PARA  
- ATO PÚBLICO DE LIBERAÇÃO DE HABILITAÇÃO URBANÍSTICA  
- BAIXO RISCO B  
- ESTRUTURAS DO TIPO ÔMEGA

ACERCA DE SUA RESPONSABILIZAÇÃO E CONHECIMENTO, O REQUERENTE DECLARA QUE:
1-Cumpra, sob seu melhor juízo, todas as regras, diretrizes e restrições aplicáveis a seu caso, presentes em legislação ou normatização municipal ou distrital, especialmente acerca de códigos de obras, planos diretores, zoneamento, uso e ocupação do solo, entre outros.
2-Cumpra, sob seu melhor juízo, todas as regras, diretrizes e restrições aplicáveis a seu caso, presentes em legislação ou normatização estadual ou distrital, especialmente acerca de prevenção e combate a incêndio, pânico e desastres, entre outros.
3-Cumpra, sob seu melhor juízo, todas as regras, diretrizes e restrições aplicáveis a seu caso, presentes em legislação ou normatização federal, especialmente acerca de responsabilidades civis, administrativas e penais; registros de imóveis; regras de exercício profissional; entre outros.
4-Entende, plenamente, que a declaração falsa ou equivocada, de qualquer item ou parâmetro em todo este requerimento, constitui crime de falsidade ideológica.
5-Assume deter o conhecimento necessário, em seu melhor juízo, bem como os meios para obtê-lo, e assim está apto para firmar todas as declarações do requerimento, entendendo que, por consequência, responderá por dolo eventual em caso de equívoco ou confusão.
6-Renuncia a qualquer pretensão civil ou administrativa de alegar assimetria de informação para justificar equívoco.
ACERCA DE SEU REQUERIMENTO, O REQUERENTE DECLARA QUE:
1-A construção da edificação foi executada e concluída de maneira regular e lícita, na forma da lei.
2-Efetivou previamente anotação técnica pelo projeto arquitetônico, cálculo estrutural, projeto hidrossanitário, e pela execução da obra, junto ao conselho profissional competente.
3-A obra foi conduzida, dirigida e acompanhada por responsável técnico principal, profissional devidamente credenciado e legalmente apto para tal.
4-O responsável técnico principal não possui histórico de cassação ou impugnação, administrativa ou judicial, de ato público de liberação de sua responsabilidade, durante ou após execução de obra, por descumprimento ou ausência de requerimento legal nos últimos 5 (cinco) anos.
5-A declaração de responsabilidade solidária é assinada pelo proprietário da obra.
6-A declaração de responsabilidade solidária é assinada pelo responsável técnico principal.
7-Encaminha, através deste requerimento, o conjunto de documentos, em formato digital de documento compacto .ZIP ou .RAR, elaborado conforme especificação disponibilizada do Poder Público municipal ou distrital, conforme disponibilizado neste portal.
8- Os demais documentos encaminhados são fiéis e autênticos, cumprindo com todos os requisitos legais estabelecidos.
ACERCA DE SUAS RESPONSABILIDADES APÓS A OBTENÇÃO DA DISPENSA, O REQUERENTE DECLARA QUE:
1-Compromete-se a efetuar, no prazo estabelecido, o pagamento das taxas e emolumentos emitidos posteriormente por Estados, Distrito Federal e Municípios.
2-Entende que a obtenção da dispensa não afasta a exigibilidade de apresentação de novos documentos, a qualquer tempo, por ente da Administração pública.
3-Entende que a obtenção da dispensa não afasta a realização de fiscalização ou vistoria, a qualquer tempo, por ente da Administração pública.
4-Entende que a obtenção da dispensa não afasta a impugnação, a qualquer tempo, da presente habilitação, por descumprimento de qualquer requisito legal, observado o disposto no art. 35.
5-Entende que a obtenção da dispensa não afasta a exigibilidade de pagamento posterior de quaisquer taxas ou emolumentos aplicáveis, inclusive sob pena de impugnação da habilitação da edificação.

## 2 - Dados e informações

Os seguintes dados e informações deverão ser coletados dos requerentes para fins de utilização do MURIN.

### Dados da Obra/Edificação

- CEP
- Logradouro
- Número
- Bairro
- Complemento
- UF
- Município
- Tipo de execução (Execução de construção de edificação nova ou execução de reforma ou requalificação de edificação existente)

### Dados do imóvel

- Metragem total do Lote/Terreno
- Matrícula tributária do imóvel junto à Prefeitura
- Cartório de Registro do Imóvel
- Livro
- Folha
- Número da Matrícula do Cartório
- Metragem total da edificação nova ou da edificação resultante

### Identificação do requerente

- Nome
- Telefone fixo
- Telefone celular
- Email
- CPF
- RG
- Órgão Emissor
- Relação do requerente com a obra

### Endereço do Requerente

- CEP
- Logradouro
- Número
- Bairro
- Complemento
- UF
- Município

### Identificação do Responsável Técnico

- Telefone fixo
- Telefone celular
- Email
- CPF
- RG
- Órgão Emissor
- Número do Registro CREA/CAU
- UF do Registro CREA/CAU

### Identificação do Contato Principal

- Nome
- Telefone fixo
- Telefone celular
- Email
- CPF

## 3 - Protocolo de Dispensa

Os seguintes dados e informações deverão constar no documento gerado para fins de Protocolo de Dispensa

3.1 - Elementos para constarem no documento de protocolo de dispensa de ato público de liberação autorizativo de obra

Folha única, um só lado, tamanho A4

#### Cabeçalho:

- Brasão da República Centralizado
- Centralizado: "República Federativa do Brasil"
- Centralizado: Município e UF
- Centralizado: "Liberação de Execução de Obra"
- À direita: QR Code para acompanhamento do status do requerimento

#### Mensagens após o cabeçalho:

- Mensagem: "Este documento assegura a dispensa de qualquer ato público de liberação para a execução da presente obra, nos termos do inciso I e § 1º do art. 3º da Lei Federal nº 13.874, de 2020."

- Mensagem dentro de caixa vermelha: "O desrespeito ao direito de exercício da liberdade constituída neste documento por qualquer agente público configura crime de abuso de autoridade na forma do art. 33 da Lei Federal nº 13.869, de 2019. DENUNCIE."

- Mensagem: "Cheque a validade jurídica deste documento através do QR Code acima."

#### Corpo Principal

- Número do Protocolo MURIN
- Situação atual
- Data da Situação Atual
- Classificação MURIN (Nível de Risco, Estrutura, Espécie de Execução)
- Informações individuais (Requerente e Responsável Técnico)
- Edificação (Endereço, informações do imóvel)

#### Rodapé:

- Data de geração do presente documento

3.2 - Elementos para constarem no documento de protocolo de dispensa de ato público de liberação de habilitação urbanística

Folha única, um só lado, tamanho A4

#### Cabeçalho:

- Brasão da República Centralizado
- Centralizado: "República Federativa do Brasil"
- Centralizado: Município e UF
- Centralizado: "Habilitação de Edificação"
- À direita: QR Code para acompanhamento do status do requerimento

#### Mensagens após o cabeçalho:

- Mensagem: "Este documento assegura a dispensa de qualquer ato público de liberação para a habilitação legal desta edificação, nos termos do inciso I e § 1º do art. 3º da Lei Federal nº 13.874, de 2020."

- Mensagem dentro de caixa vermelha: "O desrespeito ao direito de exercício da liberdade constituída neste documento por qualquer agente público configura crime de abuso de autoridade na forma do art. 33 da Lei Federal nº 13.869, de 2019. DENUNCIE."

- Mensagem: "Cheque a validade jurídica deste documento através do QR Code acima."

#### Corpo Principal

- Número do Protocolo MURIN
- Situação atual
- Data da Situação Atual
- Classificação MURIN (Nível de Risco, Estrutura, Espécie de Execução)
- Informações individuais (Requerente e Responsável Técnico)
- Edificação (Endereço, informações do imóvel)

#### Rodapé:

- Data de geração do presente documento

## 4 - Notas e Avisos

As seguintes notas e avisos deverão ser inseridos em interfaces de PDIs do MURIN

### Declarações gerais

- Entendo que o contato principal pode ser contactado a qualquer momento para aspectos fiscalizatórios, inclusive para fins de requerer documentos adicionais ou informações.

- Eu, [NOME DO REQUERENTE], declaro sob pena de falsidade ideológica que as informações abaixo são corretas e verdadeiras conforme o melhor entendimento legal.

### 5 - Outras orientações

#### Declarações Iniciais ao uso de PDI:

- Declaro que li e aceito os termos e condições de uso deste serviço.

- Declaro que entendo que qualquer informação incorreta submetida nesta plataforma caracteriza crime de falsidade ideológica e sujeita o respondente a todas as responsabilidades legais.

- Declaro que conheço, entendo e compreendo todos os normativos legais aplicáveis a obra, para qual aqui solicito o presente serviço, especialmente o código de obras e as instruções normativas de incêndio aplicáveis em minha localidade, bem como todos os demais normativos federais, estaduais/distritais e municipais pertinentes.